

SOU PSICÓLOGA E DAÍ? FORMAÇÃO EM PSICOLOGIA E A PRODUÇÃO DE UMA CERTA IDENTIDADE PSI NO BRASIL.

I'M A PSYCHOLOGIST AND SO WHAT? TRAINING IN PSYCHOLOGY AND THE PRODUCTION OF A CERTAIN PSI IDENTITY IN BRAZIL.

Danielle Jardim Barreto¹

RESUMO: A proposta desta problematização é dar visibilidades à docência engajada politicamente às questões de sexualidades, prazeres e gêneros na formação de profissionais da Psicologia no Brasil. As experiências de ambos autores levaram a inquietações acerca de quais Psicologias afinal as relações de saberes e poderes estão se agenciando na formação de psi, a partir da análise das Diretrizes Nacionais de Formação em Psicologia. Problematizações se agenciam neste momento: Haveria de fato a articulação de abertura dos saberes acadêmicos às demandas dos movimentos sociais? Estaria a Psicologia enquanto ciência e profissão disposta para abrir-se a renovações metodológicas, epistemológicas e de expressões de atuação e intervenção para além do diagnóstico e do “tratamento”? Há uma identidade psi? Problematizamos o incômodo que há em sermos (re)conhecidos como profissionais psi, para tanto buscamos dar visibilidade a produção de conceitos caros a Psicologia de pastoreio como a identidade, em detrimento da produção de subjetividades e singularidades. Finalizamos este trabalho, com problematizações acerca da produção das identidades psi em interfaces com a valoração da produção de multiplicidades de atuação e produção de conhecimento na formação em Psicologia. Estas ampliações, se dariam através da desterritorialização das estratégias de formação psi ditas tradicionais, que acabam por agenciar um certo jeito de se apresentar enquanto profissionais da Psicologia.

PALAVRAS-CHAVE: Formação em Psicologia, Identidades, Sexualidades; Gêneros

ABSTRACT: The purpose of this problematization is to give politically engaged teaching visibility to issues of sexualities, pleasures and genders in the training of Psychology professionals in Brazil. The experiences of both authors led to concerns about which Psychologies, after all, the relationships of knowledge and powers are acting in the formation of psi, based on the analysis of the National Guidelines for Training in Psychology. Problematizations arise at this moment: Would there actually be an articulation of opening academic knowledge to the demands of social movements? Would Psychology as a science and profession be willing to open up to methodological, epistemological and expressions of action and intervention renewals beyond diagnosis and “treatment”? Is there a psi identity? We problematize the discomfort that exists in being (re)recognized as psi professionals, to this end we seek to give visibility to the production of concepts dear to Shepherding Psychology such as identity, to the detriment of the production of subjectivities and singularities. We conclude this work, with problematizations about the production of psi identities in interfaces with the valuation of the production of multiplicities of action and production of knowledge in Psychology training. These expansions would occur through the deterritorialization of so-called traditional psychological training strategies, which end up promoting a certain way of presenting themselves as Psychology professionals.

KEYWORDS: Training in Psychology, Identities, Sexualities; Genres

¹ UniAlfa. <https://orcid.org/0000-0003-1206-5875>. danyposgeps@gmail.com

COMEÇANDO NOSSA CAMINHADA:

“Não sou psicólogo”, – “me autorizei a ser psicólogo”, – “não me identifico com o fazer do psicólogo”, – “não queria atuar como psicólogo”, – “não uso dos instrumentos utilizados por psicólogos”. Esses foram alguns posicionamentos que emergiram durante as narrativas de sete professores colaboradores de uma pesquisa de doutorado executada entre os anos de 2012 e 2016, e estes posicionamentos dizem de certa identidade correspondente a autorizados modos de sermos profissionais da Psicologia ainda expressas atualmente no Brasil.

Os modos de vida e de viver singulares e estas intranquilidades com as Psicologias e os modos de sermos profissionais psis, relatados ao longo desse estudo, são efeito de um constante incômodo experimentado pela autora e pelos professores colaboradores participantes desta pesquisa, no ensino superior, nas atividades docentes e na formação de profissionais da Psicologia, especialmente ao debater sobre temas como gêneros, sexos, sexualidades e prazeres e suas intersecções com raças, classes e etnias em sala de aula, nas supervisões de estágios profissionalizantes, em pesquisas e em extensões universitárias.

O que se percebeu ao longo desses anos de experiências no ensino, pesquisa e extensão na formação em Psicologia é que há modos de vida e de viver que são apresentados por estudantes, antes mesmo de ingressarem no ensino superior como naturalmente anormais e que como tal, ao se tornarem profissionais das Psicologias deverão diagnosticar, explicar e, se possível, curar estes modos de existir dissidentes para uma esperada harmonia social.

Perguntas recorrentes feitas em salas de aula sobre origem, cura, desenvolvimento e prognóstico de vidas em dissidências/resistências nos levaram a pensar na invisibilidade de determinados discursos sobre sexualidades, eróticas, sexos, expressões de gêneros e prazeres, a formação e atuação em Psicologia, mesmo após a mudança nas diretrizes de formação profissional, sancionadas em 2004 e atualizadas em 2023.

Essas indagações obviamente não são discursos exclusivos de estudantes da Psicologia, são discursos que se enunciam quase que como clamor nas sociedades contemporâneas, em seus diversos segmentos – sejam religiosos, educacionais, vinculados à saúde pública e de segurança etc. Para essa constatação basta uma visita às redes sociais, aos blogs de pastores deputados e de profissionais da Psicologia que se autodenominam – psicólogas ou psicólogos cristãos.

Já de princípio, alertamos sobre a emergência desses discursos como autorizados, naturalizados e que ainda são proferidos por serem alvos de opressão, “heterofobia” ou a nova violência anunciada: – cristofobia. E é possível que esses discursos ganhem legalidade se um dia nossos conselhos de classe forem geridos por chapas cristãs, como já concorrida nas eleições em anos anteriores do CRP do Rio de Janeiro.

Podemos afirmar que são discursos agenciados numa dada localização sócio econômica e cultural e que por serem referidos como efeitos desta, são em si discursos normatizadores, reacionários, segmentarizados e instituídos. Como já afirmara Guattari e Rolnik (2005):

A única observação que estou em condições de fazer é que me parece que os conceitos de cultura e de identidade cultural são profundamente reacionários: a cada vez que os utilizamos, veiculamos sem perceber modos de representação da subjetividade que a reificam e que com isso não nos permitem dar conta de seu caráter composto, elaborado, fabricado, da mesma forma que qualquer mercadoria no campo dos mercados capitalísticos (Guattari & Rolnik, 2005, p. 82).

Apesar de não podermos responder a uma questão feita há muito tempo por Canguilhem (1999) sobre *O que é a Psicologia?* nos atrevemos a problematizar o campo de atuação que constitui um certo lugar de reconhecimento legitimado das Psicologias no cenário social, qual seja, a ciência – profissão que traça perfis de personalidade, define e estabelece identidades, traça desenvolvimentos, prevê e modifica comportamentos.

COMO NOS TORNAMOS QUEM ESTAMOS? SOBRE AS IDENTIDADES E AS PSICOLOGIAS

Os conceitos de identidades são muito caros às Psicologias e deles partem boa parte dos “instrumentos” de atuação psi, quais sejam os testes de avaliação psicológica em geral, as especialidades de atuação e os próprios campos de pesquisa da Psicologia.

Ao problematizar as Psicologias, colocamo-nos não apenas de maneira opositora às teorias e proposições que agenciam a fixação de nomeações, de diagnósticos e de perfis às formas de viver e de vida, mas também de criadores de outras estratégias na Psicologia que desconstruam as unificações e generalizações que estes instrumentos agenciam, ou seja, desnaturalizamos certa identidade psi.

Nosso território de pesquisa buscou as desconstruções desse lugar instituído das Psicologias de manual, tão bem estabelecidas em nossa sociedade. Como nos traz Jacques (1998):

Os estudos sobre identidade no âmbito psicológico passam, em geral, pela Psicologia Analítica do Eu e pela Psicologia Cognitiva. Em comum, caracterizam o desenvolvimento por estágios crescentes da autonomia, e consideram a identidade como gerada pela socialização e garantida pela individualização. Segundo a perspectiva de Erik Erikson (1972), um dos autores cujos estudos sobre o tema são bastante difundidos, a identidade tem como modelo o indivíduo em situação de competência e eficácia sociais; “crise de identidade”, “crise de identidade” são terminologias empregadas que sugerem uma forma abstrata, a-temporal e a-histórica de concebê-la (Jacques citado por Strey, 1998, p. 160).

Essa afirmação citada de descontextualização histórica, social e econômica da objetivação dos modos de vida e de viver através do culto ao eu e do encapsulamento deste em identidades, sustenta-se e se retroalimenta também nas próprias habilidades esperadas para estudantes em formação, que definem assim uma identidade de atuação na Psicologia no Brasil, acentuando posições e procedimentos políticos diante da vida.

As relações entre metas do capitalismo, utilidade e servidão dos corpos e as habilidades e competências agenciadas através do ensino, das pesquisas e das extensões

na formação em Psicologia, legalizadas através das Diretrizes Curriculares Nacionais agenciam territórios de contaminação e de produção de profissionais da Psicologia como efeitos deste capitalismo que a todes e a tudo afeta, são discursos/efeitos que atuam nos processos de subjetivação, agenciando corpos úteis e dóceis, argamassa de produção de profissionais psi especializados nas demandas capturadas pelos dogmas hegemônicos e para a ordem capitalista.

Sua subalternidade a regimes de verdades que não só nos reduzem a identidades psi limitadas e empobrecidas, como promovem os processos desejantes às subjetivações capitalistas, às práticas higienistas de cristalização e redução a um modo único de ser psis.

Desta forma, registramos as práticas discursivas envoltas nas funções de habilidades e competências na formação em Psicologia como técnicas de subjetivação, e neste sentido, podemos sim relacionar as estratégias capitalísticas das técnicas de produção de habilidades e competências na formação em Psicologia como um espaço de sujeição, de enquadre e de modos de produção identificatórios, pois, segundo Deleuze (2001),

O indivíduo interior acha-se codificado, recodificado num saber “moral” e, acima de tudo, torna-se o que está em jogo no poder, é diagramatizado. A dobra parece então ser desdobrada, a subjetivação do homem/mulher livre se transforma em sujeição, por um lado é a “submissão ao outro pelo controle e pela dependência”, com todos os procedimentos de individuação e de modulação que o poder e a interioridade daqueles que ele/ela chama seus sujeitos (as); por outro lado, é “o apego (de cada um) à sua própria identidade mediante consciência e o conhecimento de si, com todas as técnicas das ciências morais e das ciências do homem/mulher que vão formar um saber do sujeito(a) (Deleuze, 2001, p. 110).

A política de formação, sustentada por esse paradigma capitalizado, institui processos de individuação dos sujeitos, colando-os a uma identidade única, ao mesmo tempo em que a generaliza através dos mecanismos de comparação de competências profissionais. Como diz Salotti (1997),

Inventando um sujeito à semelhança dos parâmetros que o definiram, ele pode ser considerado objeto da estrutura organizacional. Em verdade, busca-se um sujeito pedagógico que espelhe essas expectativas. As multiplicidades são aprisionadas, as variedades desaparecem e o olhar institucional circula sempre sobre um mesmo objeto (Salotti, 1997, p. 58).

Os crivos de definição do nosso lugar no mundo se constituem a partir dos jogos discursivos de saber e poder que elencam quais itens nos tornam normais ou anormais, e as três grandes figuras discursivas de produção das identidades, ainda nos tempos atuais e em suas múltiplas versões são: o monstro humano; o indivíduo a ser corrigido e a criança masturbadora.

As variações sobre a exploração científica mais acentuada de uma ou de outra figura se relacionam com os embates das relações de poderes existentes nos enunciados históricos, que os fazem emergirem como a figura a ser normalizada ou patologizada; são os sujeitos efeitos – os anormais do momento. Todos os vetores de produção das

binaridades normal/anormal têm nessas figuras seus efeitos de subjetivação e suas nuances nas singularizações, pois conforme Silva (2009):

Na medida em que é uma operação de diferenciação, de produção de diferença, o anormal é inteiramente constitutivo do normal. Assim como a definição de identidade depende da diferença, a definição do normal depende da definição do anormal. Aquilo que é deixado de fora é sempre parte da definição e da constituição do “dentro”. A definição daquilo que é considerado aceitável, desejável, natural é inteiramente dependente da definição daquilo que é considerado abjeto, rejeitável, antinatural. A identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido. Como sabemos desde o início, a diferença é a parte ativa da formação da identidade (Silva citado por Silva, 2009, p. 84).

Os dispositivos das sexualidades, dos gêneros e dos prazeres e suas interseções com as raças/cor, etnias, territorialidades, classes e dogmas religiosos, trazem em suas materialidades discursivas esses vetores, sendo estes, composições das linhas de subjetivação e matérias primas para a produção das identidades reconhecidas e validadas nas relações, as chamadas identidades hegemônicas. Conforme Butler (2002):

Lo que habrá de incluirse y lo que no habrá de incluirse dentro de las fronteras del “sexo” estará determinado por una operación más o menos tácita de exclusión. Si cuestionamos el carácter fijo de la ley estructuralista que divide y limita los “sexos” en virtud de su diferenciación diádica dentro de la matriz heterosexual, lo haremos desde las regiones exteriores de esa frontera (no desde una “posición”, sino desde las posibilidades discursivas que ofrece el exterior constitutivo de las posiciones hegemónicas) y ese cuestionamiento constituirá el retorno desbaratador de los excluidos desde el interior de la lógica misma del simbolismo heterosexual (Butler, 2002, p. 33).

Nossos campos conceituais nos lançam para aproximações com as teorias pós-estruturalistas que desmistificam e multiplicam as possibilidades de experimentações de si no mundo, desfazendo as unificações das identidades esvaziadas, que vem sendo produzidas em modelagens empobrecidas de variações.

No tocante às linhas de subjetivação alimentadas pelos dispositivos das sexualidades, dos gêneros e dos prazeres, esse território nos parece mais empobrecido ainda, afinal o imperativo da lógica sexo-gênero-sexualidade-prazer em mão única e singular (não plural), ainda se faz bastante competente na manutenção dos modos heteronormatizados de viver, sendo assim: “a coerência e a continuidades supostas entre sexo-gênero-sexualidade servem para sustentar a normatização da vida dos indivíduos e da sociedade” (Louro, 2004, p. 88).

Os discursos sobre identidades de profissionais da Psicologia e a relação destes com processos de subjetivação, normatização, singularização e pertencimento a uma classe profissional, qualificam a problematização proposta neste artigo, afinal, os territórios de subjetivação na atualidade estão hoje inundados de tecnologias que não eram reconhecidas como elemento de composição na produção das subjetividades de massa e nos processos de singularização até meados dos anos 90 do século XX.

Ao mesmo tempo nos deparamos com programas e ementas de ensino na formação profissional da Psicologia, advindo do século XIX, principalmente no tocante à psicopatologia e ao desenvolvimento humano, como se nada tivesse se modificado, como se as relações de outros tempos ainda se mantivessem sem modificações. Trata-se de formação fragmentada e desconectada do contexto sócio-histórico contemporâneo nas quais novas identidades e relações emergentes, constituídas em diálogos com interseccionalidades, tais como, sexismos, racismos, classismos, capacitismos, lgbttqiapn+fobias deixam operadores da Psicologia inseguros diante de seus procedimentos, dado que essas temáticas relacionais não estiveram incluídas em seus currículos acadêmicos, compondo o que estamos chamando de psis de manuais. Nesta perspectiva, todas as formas de vida e de viver, que não estão em seus manuais de formação, correm grande risco de não serem problematizadas, ou ainda, de serem tratadas como psicopatologias (Peres, 2014).

Formação em Psicologia: transições dos campos conceituais e de identidade profissional “psi”

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Psicologia são parte dos documentos oficiais para a implementação, organização e validação da formação de em Psicologia no Brasil, e delas podemos problematizar a manutenção de determinados discursos que naturalizam e normatizam modos de vida e de viver, em detrimento da desumanização e abjeção de outras que escapam das identidades ditas humanas, emergentes dos discursos hegemônicos das Psicologias de manual.

Iniciaremos nossas problematizações acerca do conceito de identidade, destacando um dos artigos da Diretriz Curricular de 2011, vejamos:

Art. 3º O curso de graduação em Psicologia tem como meta central a formação do psicólogo voltado para a atuação profissional, para a pesquisa e para o ensino de Psicologia, e deve assegurar uma formação baseada nos seguintes princípios e compromissos:

- I - construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia;
- II - *compreensão dos múltiplos referenciais que buscam apreender a amplitude do fenômeno psicológico em suas interfaces com os fenômenos biológicos e sociais; (grifo nosso)*
- III - *reconhecimento da diversidade de perspectivas necessárias para compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com campos de conhecimento que permitam a apreensão da complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico; (grifo nosso)*
- IV - *compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do País, fundamentais ao exercício da cidadania e da profissão; (grifo nosso)*
- V - atuação em diferentes contextos, considerando as necessidades sociais e os direitos humanos, tendo em vista a promoção da qualidade de vida dos indivíduos, grupos, organizações e comunidades;
- VI - respeito à ética nas relações com clientes e usuários, com colegas, com o público e na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia;
- VII - aprimoramento e capacitação contínuos (Brasil, 2011).

Deste recorte, problematizamos os parágrafos que grifamos em itálico como trechos que nos dão pistas de como os jogos e relações de poder e saber elencam quais pontos devem ser validados enquanto discursos de verdades para a criação do

material humano sobre o qual as Psicologias e certos modos de serem profissionais destas devem se debruçar.

Ao separar em um artigo independente, a chamada amplitude psicológica, de base biológica e social da própria complexidade humana, também fragmentada em outro artigo, as Diretrizes de Formação em Psicologia validam em território nacional, o ensino e a pesquisa para a demarcação da amplitude psicológica em dois únicos caminhos – o da natureza e o da cultura, sendo as identidades inerentes a psique.

Neste sentido, a psique se define naturalmente e em uma dada cultura da representação, ficando assim, esclarecida a manutenção, apesar das mudanças dos currículos, de conteúdos, com recortes identificatórios, os chamados eixos de formação clássicos como: Psicologia da personalidade, Psicologia do desenvolvimento humano, Psicologia das pessoas com necessidades especiais, Psicologia da infância e da adolescência, Psicologias adjetivadas em detrimento das Psicologias dos encontros, ou da Psicologia para invenções.

O conceito de identidade como constituinte de um Eu unificado e interiorizado, como já dito é muito caro as Psicologias ditas tradicionais, dele enunciam estratégias de mapeamento de perfis de personalidade, de perfis profissiográficos, educacionais, entre outros crivos que as identidades fixadas promovem.

A diretriz atual, publicada através da Resolução CNE/CES Nº 1, de 11 de Outubro de 2023, apresenta novos valores, princípios e compromissos:

Art. 2º Os cursos de graduação em Psicologia voltam-se para formar psicólogos que receberão o grau de Bacharel e o de Licenciatura, quando for o caso, em Psicologia e devem assegurar uma formação fundamentada nos seguintes valores, princípios e compromissos:

- I - Construção e desenvolvimento do conhecimento científico em Psicologia, como fundamento para a atuação profissional;
- II - Reconhecimento da diversidade de perspectivas epistemológicas e teórico-metodológicas necessárias para a compreensão do ser humano e incentivo à interlocução com os campos de conhecimento que permitam apreender a complexidade e a multideterminação do fenômeno psicológico;
- III - Compreensão crítica dos fenômenos históricos, sociais, econômicos, culturais e políticos de um mundo em processo crescente de globalização, considerando a diversidade regional do país, sua inserção na América Latina e na comunidade de países de língua portuguesa;
- IV - Compromisso com a construção de uma sociedade democrática, soberana e socialmente justa, tendo em vista a promoção da cidadania, da saúde, da dignidade humana e da qualidade de vida de indivíduos, grupos, organizações e comunidades;
- V - Respeito à ética nas relações profissionais, na produção e divulgação de pesquisas, trabalhos e informações da área da Psicologia;
- VI - Respeito à diversidade pessoal, social, cultural e ética, em consonância com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH);
- VII - Reconhecimento da necessidade de investimento na educação permanente e no aprimoramento contínuo da prática profissional;
- VIII - Zelo pela imagem e reconhecimento social da Psicologia como ciência e profissão; e
- IX - Reconhecimento da importância das políticas públicas para assegurar o acesso da população aos serviços da Psicologia e promover os direitos sociais, em articulação com os avanços no campo do conhecimento científico e tecnológico. (BRASIL, 2023)

Porém, apesar dessa mudança significativa nos princípios e compromissos, a nova diretriz mantém a possibilidade de manutenção da vertente de seus seis eixos clássicos estruturantes (Fundamentos epistemológicos e históricos, Fundamentos teórico-metodológicos, Fenômenos e processos psicológicos, Procedimentos para a investigação científica e para a prática profissional, Interfaces com campos afins do conhecimento, Práticas profissionais), destacamos que em seu artigo 8º a manutenção da formação em núcleo comum, com objetivos de desenvolver não mais habilidades e competências, mas competências básicas que assegurem a definição do “perfil do profissional de Psicologia, para o qual se espera o compromisso com o aprimoramento contínuo da ciência e da profissão, a partir de uma consistente base teórico-metodológica que assegure a qualidade da sua prática” (BRASIL, 2023).

Destacamos que ainda no artigo 8,º § 3º, parágrafo II para assegurar o desenvolvimento de competências básicas, os seguintes processos:

II Considerar a ciência como modo de construção de interpretações da realidade, tomando-a como base para o diálogo com a sociedade, levando em conta os seguintes aspectos:

- a) dispor-se à indagação, à observação e à busca de explicações científicas para os fenômenos psicológicos;
- b) questionar as próprias interpretações adquiridas, bem como as alheias, a partir do conhecimento científico acumulado pela Psicologia e disciplinas afins;
- c) discutir a validade das diferentes formas de aproximação, compreensão ou explicação dos fenômenos psicológicos, tendo em conta a sua natureza e os interesses de investigação;
- d) acessar as representações, os métodos e as fontes adequadas para resolver problemas ou explicar fenômenos ou acontecimentos no campo da Psicologia;
- e) compartilhar conhecimentos e expressar os próprios pontos de vista de modo explícito e coerente;
- f) basear os pontos de vista sobre os fenômenos psicológicos com argumentos ou fatos;
- g) apresentar ideias de distintos modos, atendendo ao contexto e respeitando as especificidades do interlocutor;
- h) intercambiar ideias de modo flexível, reconhecendo a existência de distintos interesses e formas de trabalho;
- i) *argumentar sobre a validade de outros pontos de vista e dispor-se a estabelecer acordos racionais entre eles; (Grifo nosso)*
- j) *selecionar, hierarquizar e interpretar informações, fazendo inferências a partir delas; (Grifo nosso)*
- k) *analisar criticamente as fontes de informação e contrastar as informações com base em critérios racionais; (Grifo nosso)*
- l) identificar a limitação dos modelos científicos e a historicidade das interpretações, demonstrando flexibilidade para mudar de perspectiva ou estratégia de trabalho quando uma análise cuidadosa assim o exigir; e
- m) argumentar e analisar, de forma crítica, os resultados, o impacto social dos conhecimentos científicos produzidos e as relações entre ciência, tecnologia e sociedade. (BRASIL, 2023)

É justamente na validação de discursos, engendrados na máxima da racionalidade como ferramenta de produção de saberes e fazeres na Psicologia, que a lógica das

identidades ainda se fortalece e as binaridades sobre normal e saudável em contrapartida aos sobre anormal e patológico, que os conceitos de identidade e diferença se enunciam nas Psicologias e em futuros profissionais psis de pastoreio, visibilizando o campo de forças e quais discursos de verdade, validados pela racionalização, se articulam através dessas relações de saber e poder da academia.

Goffman (1998), em seu livro bastante conhecido “*Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*”, faz-nos revelações bastante pertinentes sobre os jogos de saber e poder e seus efeitos discursivos através da enunciação das identidades normais e das anormais e os efeitos destas relações nos modos de subjetivação dos corpos estigmatizados.

O livro já anunciava a fragilidade das teorias que buscavam as fixações conceituais em materialidades nomeadas de identidades-perfis-corpos, afirmando que o estigma é relacional, e só marca as identidades que não foram eleitas como as adequadas – normatizadas, afinal: “o normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro” (Goffman, 1988, p.117).

Com todas as ressalvas possíveis, a utilização inicial de referências como a de Goffman para problematizar as demandadas fixações identitárias na graduação em Psicologia e em seus efeitos na prática profissional, para fins de validação de testes de personalidade, entre outros, de certa forma pode agenciar certa flexibilização nas dicotomias natureza/cultura, indivíduo/sociedade, pois, ao longo de sua obra, o autor supracitado problematiza justamente as relações que estabelecemos com as pessoas e com o que ele chama de identidades deterioradas.

Para Goffman (1998), a linha de produção das anormalidades é a mesma das normalidades, fazendo com que nós possamos, em algum momento, experimentar no corpo os efeitos de termos vidas e modos de viver inadequados, pois conforme o autor: “o doloroso de uma estigmatização repentina, então, pode ser resultado não da confusão do indivíduo sobre a sua identidade, mas do fato de ele conhecer suficientemente a sua nova situação” (Goffman, 1998, p. 113).

Ao trazer esse autor para problematizarmos as “escolhas” bibliográficas e de disciplinas para incluir os conceitos de identidade e diferença na formação em Psicologia, sabíamos do risco, uma vez que o referido autor se pauta em bases do século passado, em defesa de certa eugenia social norte americana, mas que ao problematizar a virtualidade das identidades em detrimento de suas materializações, gostamos de pensar que, ele, de certa forma, possibilita, em sala de aula, uma problematização sobre a duplicidade exigida na problematização dos componentes da psique (cultura/natureza), para nos indicar outras múltiplas saídas na problematização da eleição de certas identidades em detrimento de outras, como possibilidades de experimentação, ou seja, por problematizar o homem branco, homossexual e burguês e, em escala ainda que inferior, a mulher branca, homossexual submissa ao patriarcado. ou, em analogia, profissionais de psicologias “tradicionais”.

Em sua obra, Goffman (1988) traz em cena que as questões econômicas, sociais, além dos dispositivos de sexualidades e de gêneros e os componentes de intersecção como cor, classe e etnia, também são primordiais na problematização dos sofrimentos psicossociais.

De modo atualizado sobre a emergência dos estigmas, Peter Aggleton & Richard Parker (2001) ampliam o conceito para pensá-lo como dispositivo de poder.

[...] o estigma desempenha um papel central nas relações de poder e de controle em todos os sistemas sociais. Faz com que alguns grupos sejam desvalorizados e que outros se sintam, de alguma forma, superiores. Em última análise, portanto, estamos falando de desigualdade social. Para confrontar e entender corretamente as questões de estigmatização e da discriminação [...] é necessário, portanto, que pensemos de maneira mais ampla sobre como alguns indivíduos e grupos vieram a se tornar socialmente excluídos, e sobre as forças que criam e reforçam a exclusão em diferentes ambientes (Aggleton, Parker; 2001, p. 11-12).

Os estigmas se fazem pela oposição binarista de valores, estéticas e sentidos dados como corretos e normais em uma sociedade, construídos a partir de jogos de poder e saber que autorizam que determinadas marcas ditas identitárias, sejam dadas como de menor valia, vergonhosas e passíveis de correções, curas ou ocultação.

As verdades binárias que alimentam os campos de intervenção em Psicologia têm nos conceitos de identidade sua fonte de alimentação conceitual, instrumental e poderíamos afirmar de sobrevivência como profissão reconhecida e destacada.

Os territórios capitalizados de produção das relações de saber e poder elencam quais identidades e consequentes modos de funcionamento serão objetos de intervenção e saneamento das Psicologias de pastoreio, através da busca incansável das causas de inadequações, improdutividades e psicopatologias. A isso se somam os procedimentos – ações práticas de regulações biopolíticas e de composições de resistências e atualizações de estilísticas de existências/singularizações. Resgatando Michael Foucault em *Ditos e Escritos V*, sobre o poder pastoral:

(...) o poder pastoral se opõe a um poder político tradicional habitual, pelo fato de ele não se exercer sobre um território: o pastor não reina sobre um território; ele reina sobre uma multiplicidade de indivíduos. Ele reina sobre ovelhas, bois, animais. Reina sobre um rebanho, um rebanho em deslocamento. Reinara sobre uma multiplicidade em deslocamento é o que caracteriza o pastor. Esse será o poder pastoral típico. Sua principal função não é tanto assegurar a vitória, uma vez que ela não se exerce sobre um território. Sua manifestação essencial não é a conquista, ou ainda outro montante de riquezas ou de escravos que é possível conseguir na guerra. Em outras palavras, o poder pastoral não tem por função principal fazer mal aos inimigos; sua principal função é fazer o bem em relação àqueles de que cuida. Fazer o bem no sentido mais material do termo significa alimentá-lo, garantir sua subsistência, oferecer-lhe um pasto, conduzi-lo às fontes, permitir-lhe beber, encontrar boas pradarias. Consequentemente o poder pastoral é um poder que garante ao mesmo tempo a subsistência dos indivíduos e a subsistência do grupo, diferentemente do poder tradicional, que se manifesta essencialmente pelo triunfo sobre os dominados. Não é um poder triunfante, mas um poder benfazejo (FOUCAULT, 2012, p.65)

As identidades quando vistas sobre o prisma reducionista das teorias psicobiológicas são definidas como fixações naturalizadas dos efeitos discursivos desses jogos de poder, são efeitos hegemônicos sob os modos de vida, esses efeitos têm nomeações, características, reconhecimentos, que segundo Córdoba Garcia (2005):

Toda enunciación performativa es la invocación y la puesta en práctica de una determinada autoridad o poder, y los efectos que pueden esperarse de esa invocación o puesta en escena, son los que ese contexto institucional de autoridad o poder ya contiene (Córdoba García citado por Córdoba García, Saéz & Vidarte, 2005, p. 57).

As identidades enquanto efeitos, nas vertentes essencialistas, são produzidas na natureza do corpo biológico e da cultura de tradição, que se tornam hegemônicas, e são assim consideradas válidas, pois são facilmente consumidas, são escutadas e são passíveis de aglutações e descrições unificadas, conforme Woodward (2009):

Uma das discussões centrais sobre a identidade concentra-se na tensão entre o essencialismo e o não-essencialismo. O essencialismo pode fundamentar suas afirmações tanto na história quanto na biologia; por exemplo, certos movimentos políticos podem buscar alguma certeza na afirmação da identidade apelando seja à “verdade” fixa de um passado partilhado, seja a “verdade” biológica. O corpo é um dos locais envolvidos no estabelecimento das fronteiras que definem quem nós somos, servindo de fundamento para a identidade (Woodward citado por Silva, 2009, p. 15).

Essa produção de discursos hegemônicos sobre as identidades, agenciadas como verdades sobre as vidas e os viveres, e no nosso caso nos fazeres, é subvertida a partir dos deslizamentos destes, pois, onde há poder há resistências, e os discursos identitários hegemônicos nada mais são que as expressões nos corpos e de suas relações com as coisas do mundo, do poder discursivo de uma tradição científica, higienista e moral, que tendem à naturalização dos processos de construção das performatividades² de vida, em expressões de sexualidades, de raças e de gêneros e dos modos de como operamos nossas profissões.

Nesse ringue há vestígios de outras possibilidades discursivas, outras possibilidades de corporeidades dos discursos que produzem as identidades – que neste caso ao vacilar, produz-se algo que não tem nome, não tem referência, não é identificável, consumível – a diferença.

Para Silva (2009):

(...) a identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva. O processo de adiamento e diferenciação linguísticos por meio do qual elas são produzidas está longe, entretanto, de ser simétrico. A identidade, tal como a diferença, é uma relação social. Isso significa que sua definição – discursiva e linguística – está sujeita a vetores de força, as relações de poder. Elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas (Silva, citado por Silva, 2009, p. 81).

² Judith Butler assim define esse conceito: “(...) la performatividad debe entenderse, no como un “acto” singular y deliberado, sino, antes bien, como la práctica reiterativa y referencial mediante la cual el discurso produce los efectos que nombra. Lo que, según espero, quedará claramente manifestado en lo que sigue es que las normas reguladoras del “sexo” obran de una manera performativa para constituir la materialidad de los cuerpos y, más específicamente, para materializar el sexo del cuerpo, para materializar la diferencia sexual en aras de consolidar el imperativo heterosexual” (Butler, 2002, p.18).

É justamente desses *vacilos* das linguagens, da produção das diferenças em detrimento das identidades, enquanto possibilidades de encontros e atuação, que as Psicologias e profissionais psi de pastoreio fogem. Essa fuga enviesa a própria possibilidade de atualização das teorias psicológicas clássicas, empobrecendo as estratégias de atuação e os temas de pesquisas, tanto em nível de graduação quanto de pós-graduação.

Autores pós-estruturalistas, como Butler (2002), que está vinculada aos estudos das identidades enquanto vetores políticos, têm acenado para a necessária desconstrução das naturalizações e consequentes fixações de variações de modos de viver em identidades, em especial das expressões de gêneros e sexualidades, que para serem autorizadas negociam suas permanências nos circuitos sociais.

A disseminação e publicização da necessidade de nos estabelecermos em identidades fixas para o (re)conhecimento social e plásticas para o capitalismo, agencia os mapas de circulação dos corpos, suas (in)capacidades e seus trânsitos múltiplos. As fronteiras das (des)identidades são (re)alinhadas constantemente, fazendo com que demandemos o desejo já capturado discursivamente, da estabilidade em detrimento das chamadas crises de identidade.

As chamadas minorias, e aqui destacamos as que têm nos dispositivos de sexualidades e de gêneros seus vetores de (in)visibilidades, rompem as binaridades identitárias, rompem as fronteiras alfandegárias, agenciam o constante policiamento, averiguações de vestígios humanóides nos corpos, pois as identidades essencializadas, fixadas e normatizadas servem para localizar os corpos dentro ou fora das fronteiras, servem para incluir ou excluir.

As problematizações acerca das estratégias de fixações das identidades em modos normativos de viver e de trabalhar, agenciam a enunciação de outras possibilidades de olhares e composições de modos de vida que escapem aos enquadres identitários e vislumbrem o pertencimento às multiplicidades de existências.

Ao deslocarmos a enunciação do EU único, enquanto primordial objeto de disciplinamento e intervenção dos saberes psi, agenciamos novas rupturas nas cadeias discursivas de enunciação de identidades essencializadas e instituídas.

Ao nos posicionarmos politicamente e agenciarmos o deslocamento dos usos que as Psicologias de pastoreio fazem para produção de uma certa identidade psi, estaríamos em um ato *parresiasta* (FOUCAULT, 2010), pois, ao “abandonarmos” nossa principal *performance*³ – qual seja, a de (atores) profissionais que diagnosticam, avaliam e dão os encaminhamentos e prognósticos de identidades, construímos outro lugar, ou melhor, encarnamos o não lugar, o não reconhecimento social de nossa própria chamada identidade profissional/social, ou seja, nós enfrentamos a verdade e o sentido hegemônico sobre o que é e para que serve a tal Psicologia.

3 Não estamos confundindo performance com performatividade, afinal concordamos com a problematização de Salih (2012) sobre o campo teórico de Butler, pois: “É importante frisar que Butler não está sugerindo que a identidade de gênero é uma *performance*, pois pressuporia a existência de um sujeito ou um ator que está *fazendo* tal performance. Butler rejeita essa noção ao afirmar que a *performance* preexiste ao *performer*, e esse argumento contraintuitivo, aparentemente impossível, levou muitas leitoras e leitores a confundir performatividade com *performance*” (Salih, 2012, p. 22).

(DES) CONSIDERAÇÕES FINAIS

No intento de atualizar os territórios de massificação capitalísticos das subjetividades, dos corpos, dos sexos e suas eróticas, temos assistido a enunciação de filósofos que incendeiam e mantém a vertente desconstrucionista da crença das verdades essencialistas e hegemônicas disseminadas em chamados “templos” acadêmicos e religiosos. crença na existência de um único corpo, um único sexo, um único gênero (Preciado, 2008), e acrescentamos: um único modelo de aparelho mental.

A busca dos diversos campos da ciência para uma maior captura e minimização das discriminações sobre as sexualidades, os prazeres e os gêneros, vem trazendo, na atualidade, discussões no contexto tanto dos direitos humanos, da bioética, da inclusão social, da educação e de outros olhares e posicionamentos das políticas públicas em relação a tais modos de existir que emergem nas relações sociais, neste sentido, temos que concordar com Rolnik (2003), que afirma que “[...] cresce a cada dia o descompasso entre as matrizes teóricas, ainda hegemônicas, e a experiência subjetiva do contemporâneo” (s/p).

Ao estudarmos a Era farmacopornográfica, com Preciado (2008), somos praticamente içados de uma certa ingenuidade liberal, de que as pessoas podem simplesmente virar algo por livre e espontânea vontade (livre arbítrio) ou por influência passiva dos meios de comunicação ou dos processos educacionais.

Já constatamos que, tanto a formação em nível superior em Psicologia, quanto à definição de abordagem teórica para a prática profissional em Psicologia, tem a teoria psicanalítica como escolha majoritária, encerramos este artigo nos perguntando: Como seriam as atividades de formação em Psicologia se o cu fosse reconhecido como espaço de prazer ao invés de perversão? Como seria o olhar e a atuação de profissionais da Psicologia, sobre as violências contra as mulheres, as homofobias em suas variações bi, lesbo e trans e os racismos se a máquina de produção de subjetividades e desejos fosse atravessada pelas desconstruções sobre a lógica sexos-gêneros-sexualidades e prazeres ao invés dessa validação da racionalização cisheteronormatividade da vida? Como seríamos profissionais da Psicologia neste cenário *irracional*, múltiplo, descolonizado e não identitário?

REFERÊNCIAS

AGGLETON, P. & PARKER, R. (2001). **Estigma, Discriminação e AIDS**. Coleção ABIA: Cidadania e Direitos 1. Rio de Janeiro: ABIA.

BRASIL. **Resolução nº. 5, de 15 de março de 2011**. (2011). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Psicologia. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior.

BRASIL. **Resolução nº. 1, de 1 outubro de 2023.** (2023). Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Psicologia. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior.

BUTLER, J. (2002). **Cuerpos que importan:** sobre los limites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós.

CANGUILHEM, G. (1999). Que é a Psicologia? Tradução Osmyr Faria Gabbi Jr. **Impulso:** Revista de Ciências Sociais e Humanas. Piracicaba/SP. Volume 11. N.26, p.11 a 26. Disponível em: <<http://www.unimep.br/phpg/editora/revistaspdf/impulso26.pdf>> Acesso em: 16 de set. de 2015.

CÓRDOBA, D. (2005). Teoria queer: reflexões sobre sexo, sexualidade e identidade. Em direção a uma politização da sexualidade In CORDOBA, D; SAÉZ, J & VIDARTE, P. **Teoria queer:** políticas bolleras, maricas, trans, mestizas. Madri: Egales.

DELEUZE, G. (2001). **O abecedário de Gilles de Deleuze.** Transcrição para fins didáticos. Editado no Brasil pelo Ministério da Educação, “TV Escola”.

FOUCAULT, M. **El coraje de la verdad:** el gobierno de sí y de los otros II. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

FOUCAULT, M. **Ditos e escritos V:** ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

GOFFMAN, E. (1988). **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada, trad. Marcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. (2005). **Micropolítica – Cartografias do desejo.** 7ª Edição Revisada. Petrópolis: Vozes.

JACQUES, M. da G. (1998). Identidade In STREY, M.N et al. **Psicologia Social Contemporânea:** livro-texto. Petrópolis, RJ: Vozes.

LOURO, G. (2004). **Um corpo estranho** - ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica.

PERES, W. S. (2014). Contra a Psicologia do Sacerdócio: a vida que sangra, pulsa, vibra. In: Minella, Luzinete Simões; Assis, Gláucia de Oliveira; Funck, Susana Bornéo (organizadoras). **Políticas e Fronteiras.** Tubarão. Ed. Copiart.

PRECIADO, P. B. (2008). **Texto Yonqui.** Madri: Spasa.

ROLNIK, S. In: LANCETTI, A. (Org.). **Cadernos de Subjetividade – O Reencantamento do Concreto,** São Paulo: Hucitec, 2003.

SALIH, S. (2012). **Judith Butler e a Teoria Queer.** Tradução: Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica.

SALOTTI, M. R. R. (1997). Breves considerações sobre práticas educacionais. In CUNHA, B. B. B. (et al.) **Psicologia na escola: um pouco de história e algumas histórias**. São Paulo: Arte & Ciência.

SILVA, T. T. (2009). A produção social da identidade e da diferença. In SILVA, T. T. da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes.

WOODWARD, K. (2009). Identidade e Diferença: uma introdução teórica conceitual In SILVA, T. T. da (org). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes.